



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS III**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**EDILEUZA RICARDO DA SILVA**

**CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO**  
**DE HUMANIDADES DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA**  
**BOLSA MANUTENÇÃO PARA ALUNOS EM SITUAÇÃO DE**  
**VULNERABILIDADE ECONÔMICA.**

**GUARABIRA – PARAÍBA**

**2021**

EDILEUZA RICARDO DA SILVA

**CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO  
DE HUMANIDADES DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA  
BOLSA MANUTENÇÃO PARA ALUNOS EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE ECONÔMICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de especialista em Educação e Políticas Públicas.

**Área de Concentração:** Educação e Políticas Públicas.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup> Dra. Germana Alves de Menezes

GUARABIRA – PARAÍBA

2021

S586c Silva, Edileuza Ricardo da.

Caminhos para a promoção da igualdade social no Centro de Humanidades da UEPB [manuscrito] : um estudo a cerca do programa Bolsa Manutenção para alunos em situação de vulnerabilidade econômica / Edileuza Ricardo da Silva. - 2021.

38 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Germana Alves de Menezes , Departamento de Educação - CH."

1. Fomento escolar. 2. Bolsa manutenção. 3. Ensino superior. 4. Assistência estudantil. I. Título

21. ed. CDD 378.81

EDILEUZA RICARDO DA SILVA

CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO  
DE HUMANIDADES DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA  
BOLSA MANUTENÇÃO PARA ALUNOS EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE ECONÔMICA.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Educação e Políticas Públicas.

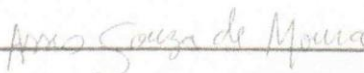
Área de Concentração: Educação e  
Políticas Públicas.

Aprovada em: 08/09/2021.

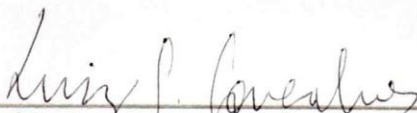
BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dra. Germana Alves de Menezes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Assis Souza de Moura (Membro Externo)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves (Membro Externo)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico estes escritos a todos os colegas que começaram esse curso, mas que por algum motivo não puderam concluir.

Vocês também são vencedores!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me proporcionar mais um momento de superação;

A minha mãe (Mariza) e ao meu filho (João Davi) por terem cuidado um do outro e assim me possibilitando estar aos sábados nessa jornada;

Ao meu irmão Edielson por ter iniciado comigo nessa trajetória, mas que por ironia do destino não pôde concluir;

Aos amigos de sala por todo companheirismo;

Aos professores pelas riquezas (conhecimentos) compartilhadas;

A minha orientadora, professora Germana pela paciência e a condução desta obra;

Ao professor Marcelo, coordenador do curso pela administração desses momentos;

Aos examinadores da banca professores Dr. Assis e Dr. Luíz pela gentileza e consideração.

[...] Eu sustento que a única finalidade da ciência  
está em aliviar a miséria da existência humana.  
(Bertold Brecht)

## Sumário

CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO DE HUMANIDADES DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA BOLSA MANUTENÇÃO PARA ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA.	11
1-INTRODUÇÃO	13
2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	16
2.1 - O surgimento da primeira universidade brasileira	17
2.2 - A expansão universitária no Brasil	18
2.2.1 - O papel da universidade perante a sociedade	20
2.3 - O surgimento das políticas públicas no Brasil	20
2.3.1 - O que entendemos por vulnerabilidade social-	21
2.4 – O acesso às universidades pelas camadas pobres da sociedade	23
2.4.1 - A assistência aos alunos universitários	25
2.4.2 - A forma de ingresso do aluno nos programas assistenciais da UEPB-	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1- ANÁLISES E DISCUSSÕES	29
3.1.1 Perfil dos Entrevistados	30
3.1.3 A dificuldade de conciliar trabalho e estudo.	32
3.1.4 Os universitários e o auxílio estudantil	33
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	36



CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO DE HUMANIDADES DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA BOLSA MANUTENÇÃO PARA ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA.

Edileuza Ricardo da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto apresenta uma reflexão sobre a importância do Programa Bolsa Manutenção para os alunos universitários que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. Teve como objetivo investigar o processo de promoção de igualdade social dos alunos em situação de vulnerabilidade econômica do campus III da UEPB a partir da política de assistência estudantil ofertada por essa Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta pesquisa vem trazer a público a realidade de alguns discentes que necessitam do auxílio universitário para custear seus gastos enquanto estão estudando e buscam serem contemplados com as bolsas estudantis que favorecem a permanência dos alunos nas universidades. Trata-se de um estudo de caso, que teve como sujeitos da investigação os discentes contemplados com a bolsa manutenção regida pela Resolução da Pró Reitoria de Ensino 0283/2019. O artigo faz inicialmente uma breve retrospectiva do ensino superior no Brasil. Em seguida destacamos a política de assistência ao estudante universitário. No terceiro momento apresentamos os resultados de nossa pesquisa junto aos alunos que são beneficiários do referido programa. Concluímos com uma análise da pesquisa realizada. Como parceiros teóricos dessa empreitada contamos com Gil (1999), Antunha (1974), Castelo Branco (2005), entre outros. Como resultado da pesquisa realizada destacamos que a distribuição dos auxílios estudantis para alunos que não possuem condições financeiras para se manterem é uma das possíveis contribuições que ajudarão a promover a igualdade social dentro dos campi universitários, bem como na sociedade geral.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (2012). Professora (Ensino Fundamental I) da rede privada de ensino do município de Alagoinha, PB. E-mail: edipedagoga.pb@gmail.com

**Palavras-Chave:** Bolsa Manutenção. Ensino Superior. Igualdade Social.

**PATHWAYS FOR THE PROMOTION OF SOCIAL EQUALITY AT THE UEPB  
HUMANITIES CENTER: A STUDY ABOUT THE MAINTENANCE GRANT  
PROGRAM FOR STUDENTS IN SITUATIONS OF ECONOMIC  
VULNERABILITY**

**ABSTRACT:** This text presents the results of a study on the importance of the Maintenance Grant Program for students at the Universidade Estadual da Paraíba who are in a situation of economic vulnerability. Its objective is to investigate the process of promoting social equality for students in a situation of economic vulnerability on campus III of this University based on the student assistance policy. The work presents the results of an investigation into the lives of these students and how and in what way the Maintenance Grant Program has contributed to the permanence of these students at the university. This is a case study, which had as research subjects the students awarded the Maintenance Grant governed by the Resolution of the Pro-Rector of Education 0283/2019. The article is organized as follows: introduction; brief theoretical considerations about higher education in Brazil and also about university student assistance policy. In the third part we present the methodological paths and the results of our research with the beneficiary students of the mentioned program and then we present our final considerations. As theoretical partners in this endeavor, we have Gil (1999), Antunha (1974), Castelo Branco (2005), among others. As a result of this study, we emphasize that the distribution of student aid to students who do not have the financial means to support themselves is one of the possible contributions that will help to reduce social inequality within university campuses, as well as in society in general.

**Keywords:** Maintenance Grant. College Education. Social Equality. Economic Vulnerability

## 1-INTRODUÇÃO

[...] seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica.

(Paulo Freire, 1984, p.89)

Igualdade Social nos remete a uma situação a qual não há grandes diferenças ou contradições, nos permite compreender que todas as pessoas são dignas das mesmas oportunidades e das mesmas condições. No âmbito educacional, essa igualdade a ser buscada é facilmente considerável, em especial quando se leva em conta a educação brasileira, que é seletiva, excludente e direcionada para uma única classe da sociedade.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 apresenta a educação como direito de todos e dever do Estado, porém, na prática, essa educação é excludente, privilegia as classes médias e altas, em detrimento de uma educação de “segunda ordem” para os filhos das camadas mais pobres da sociedade.

Tendo em vista que a educação tende a ser um privilégio de poucos, essa também é anseio de muitos e alguns até se submetem a frequentar uma universidade pública com poucas condições financeiras ou, até mesmo, em condições precárias. Partindo desse ponto, enxergamos nos auxílios financeiros aos estudantes a oportunidade de proporcionar condições mais favoráveis para aqueles e aquelas que frequentam as universidades públicas e não têm recursos financeiros para tal.

Embora a Constituição Federal e as leis complementares a ela determinem que o ensino seja igual para todos, na prática não é isso que ocorre, pois muitos dos nossos alunos universitários só conseguem se manter nas universidades com algum tipo de auxílio estudantil.

Os diferentes tipos de auxílios (Moradia, Alimentação, Transporte e Xerox) são alguns dos recursos financeiros oferecidos pelo poder público aos estudantes universitários para darem continuidade ao seu curso. Cada unidade educacional possui um sistema próprio de distribuição, a fim de colaborar com o custeio dos alunos. Esses auxílios possibilitam a permanência de alunos de baixa renda a se manterem na universidade, até a conclusão do seu curso.

A fim de compreendermos essas situações de assistência social aos estudantes trataremos no decorrer deste texto as implicações dessas iniciativas nas universidades públicas do país, em especial no Centro de Humanidades de Guarabira Paraíba, local que serviu de campo para nossa pesquisa e permitiu que fizéssemos uma análise da conjuntura na qual estamos inseridos.

O objetivo deste trabalho foi o de investigar como se dá o processo de incentivo à promoção de igualdade social dos alunos em situação de vulnerabilidade econômica do Campus III da UEPB, a partir da política de assistência estudantil ofertada por essa Instituição. Como objetivos específicos investigar como é feita a divulgação do processo seletivo dos alunos, identificar os alunos que recebem esse auxílio, traçar o perfil de cada aluno bolsista do campus e, por fim, verificar as possíveis mudanças na vida acadêmica desses alunos antes e depois de serem contemplados com a referida bolsa.

Este trabalho encontra-se organizado em introdução, desenvolvimento, procedimentos metodológicos, análises e discussões e por fim as considerações finais. Primeiro, apresentamos um relato sucinto, a respeito da política de assistência estudantil no Brasil e a necessidade de um sistema que enfatiza a promoção da igualdade social dentro das universidades, e por fim, a importância de acreditar e oportunizar a aqueles que não têm algumas oportunidades financeiras.

Nossa pesquisa se enquadra como um estudo de caso, tendo como campo de investigação o Campus III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizado no município de Guarabira/ Paraíba. Com sua ênfase é nos cursos de Licenciaturas, a exemplo de Letras, Geografia e História, como, também no curso de bacharelado em Direito, os quais funcionam em turnos alternados.

As pessoas escolhidas para participarem foram os estudantes contemplados com a Bolsa Manutenção do Edital nº 008/2019. Escolhemos uma amostra com cinco jovens, sendo quatro mulheres e um homem, alunos dos cursos citados. De acordo com o edital foram nove alunos selecionados, porém apenas cinco responderam às nossas solicitações.

Devido a pandemia causada pelo Corona vírus, a pesquisa se deu de forma remota, com envios de questionários e com toda a tramitação efetuada por meio de aplicativos de conversas e por e-mail. Como instrumento de coleta de dados utilizamos um questionário, a fim de compreender o impacto que as bolsas universitárias causam na vida dos alunos pobres e/ou com poucas condições de frequentar um curso superior.

Para a análise dos dados buscamos o apoio da técnica Análise de Conteúdo a qual, de acordo com Bardin (1977), é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoam constantemente e que se aplica a diversos discursos.

## 2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A chegada da Família Real no Brasil, no dia 2 de janeiro de 1808, trouxe alguns avanços à sociedade da época no que se refere à Educação. Como exemplo dessa afirmação citamos as primeiras escolas de ensino superior, como a Escola de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, (hoje a Universidade Federal de Medicina da Bahia) a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ), e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro.

A população brasileira era desprovida do conhecimento de formação superior. Quem tinha algum conhecimento era advindo de outro país, ou, então, filho de pessoas detentoras de posses financeiras que estudaram fora do Brasil, haja vista que essa possibilidade não era prevista para os membros das classes menos favorecidas.

Anos depois, por volta da década de 1930, embora lentamente, expandia-se o ensino superior no Brasil, idealizando-se um modelo de formação das faculdades isoladas, quando se buscava alcançar o diploma profissional e o status que o certificado promovia, permitindo privilégios sociais e trabalhistas.

O tempo passava, as mudanças sociais ocorriam, porém, as características no formato do ensino superior continuavam as mesmas. A população abastada, que na época compunha uma minoria da sociedade, não identificava privilégios na criação das universidades e com isso não buscavam uma expansão ou melhoria do ensino. A esse respeito, colabora conosco Martins (2002), quando diz que:

Com a independência política em 1822 não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado. (MARTINS, 2002, p. 1).

Diante desta realidade, identificamos que o ensino superior não era algo pensado, nem tampouco organizado para promover a realização pessoal ou mesmo para privilegiar aqueles que teriam a oportunidade de cursá-lo e de serem diplomados no país. Somente

após o ano de 1850 foi possível observar um pequeno aumento das instituições educacionais e a ampliação do ensino superior no país.

Por volta do final do século XIX é que encontramos relatos da expansão do ensino superior no Brasil, quando há uma mobilização da elite brasileira e a ruptura com os modelos da época. Porém, apenas por volta de 1920 é que o ensino superior brasileiro adquiriu um cunho universitário.

## 2.1 - O surgimento da primeira universidade brasileira

A primeira universidade brasileira surge por volta dos anos de 1920 e foi fundada pelo Decreto nº 14.343, tendo sido a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ) a primeira a abrir suas portas, pela necessidade de diplomar e conceder o título de *Doutor honoris causa* ao rei da Bélgica Alberto I, que fazia uma visita ao nosso país. Para tal afirmação Antunha (1974) explica:

“Sabe-se que a Universidade do Rio de Janeiro foi criada, em 1920, em virtude da necessidade de ser outorgado o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto I, da Bélgica, como parte das homenagens que lhe deveriam ser prestadas, protocolarmente, por ocasião de sua visita oficial dentro do quadro das comemorações do centenário de Independência” (ANTUNHA. 1974, p. 53)

Podemos observar, através da literatura que trata da educação brasileira, que assim como o ensino primário, o superior tendia a privilegiar as classes nobres a perpetuar a grande diferença que havia entre ricos e pobres, a qual era visível na época. A educação brasileira sempre foi elitista e excludente desde os seus primórdios até os dias atuais. Souza Campos (1940) também aponta a criação da primeira universidade do Brasil em função da visita do rei dos Belgas.

[...] embora não relaciona explicitamente a criação da Universidade à concessão desse título, observa: Tinha razão a lei Maximiliano. Foi justamente o dispositivo nela incluído, que permitiu o decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, lavrado por ocasião dos preparativos para a visita do Rei Alberto ao Brasil. (SOUZA CAMPOS. 1940, p. 255).

É possível identificar a que classe social a criação das universidades iria atender, a quem ela iria servir e quem seriam os seus alunos. Após a criação da Universidade do Rio de Janeiro surgem outras, a exemplo da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal e, assim, o ensino superior vai ganhando espaço no nosso país.

Ainda nesse contexto, as discussões a esse respeito se difundem, ganham espaços e defensores, assim como nos explica Oliven (2002),

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar, em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas nove universidades religiosas, oito católicas e uma presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas, acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938, um elemento importante para a sua organização (OLIVEN, 2002, p. 5).

Mesmo com o aumento e expansão das universidades pelas diferentes regiões do país, a classe trabalhadora, assim como os mais pobres, negros e indígenas, não tinham acesso a esses espaços educacionais, haja vista que o direcionamento para estas classes não era a universidade e sim o ensino técnico e o mercado de trabalho.

Embora a população mais simples não frequentasse esses espaços acadêmicos, havia por parte da mesma um desejo de adentrar aqueles locais. Porém, o que havia sido destinado para essas pessoas por meio dos administradores do país não condizia com a realidade dos sonhos deles.

## 2.2 - A expansão universitária no Brasil

Por volta do ano de 1931, no governo de Getúlio Vargas, o ministro Francisco Campos aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual determinava que:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (OLIVEN, 2002, p.3)

Sendo assim, entendemos que independente da conjuntura universitária (privada ou pública), fazia-se necessário a continuação de alguns cursos que já eram ministrados no nosso país, mesmo sem termos uma junção deles em um só ambiente. E a continuação do ensino superior com uma nova visão de funcionamento.

De acordo com Fávero (2006) o estatuto aprovado pelo ministro Francisco Campos destaca a integração das escolas ou faculdades que anteriormente ao decreto funcionavam isoladamente, possibilitando uma nova estrutura para o seu funcionamento. No decorrer da história outras universidades foram sendo criadas, a exemplo da Universidade de São Paulo, (USP) no ano de 1934, e a Universidade do Distrito Federal em 1935 e assim por diante.



Com o movimento Escolanovista na década de 30, o atraso educacional ou simplesmente o não acesso da maioria da população fica em evidência e essas ações vêm à tona, a disparidade social que ainda predominava à época continua a enfatizar a posição do mais abastado economicamente, pois o momento também é descrito como um cenário de total atraso na educação brasileira. Para tal, corrobora conosco Castelo Branco (2005) quando diz que,

Em 1932, o Brasil contava com 41 faculdades, sendo 23 particulares, o que provocava uma situação inflacionária no mercado de diplomas de nível superior, desvalorizando o título acadêmico, pois havia uma concorrência tanto nos cursos tradicionais quanto naqueles cursos que preparavam para profissões novas em fase de ampliação como as de educadores, psicólogos, cientistas sociais, economistas, agrônomos, entre outros. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 141)

Mesmo com um aumento de universidades públicas e privadas no país, só quem podia adentrá-las eram aqueles que possuíam algum tipo de poder aquisitivo. E mesmo com essas proposições de acesso ao ensino superior, por volta dos anos de 60 e 70 as universidades passaram a ser alvos de uma grande procura, pois o país passava por uma crise-econômica e a busca por uma inclusão social se dava por meio da educação, tornando-se desta maneira uma saída para o mercado de trabalho.

Na década de 1970 houve um crescimento do ensino superior particular, o país atravessava momentos nos quais a criação das instituições privadas supera a das públicas, pois as unidades de ensino privadas eram financiadas pelo favorecimento de políticas governamentais. Nos anos seguintes, os centros universitários ainda eram vistos como o divisor de águas, ou seja, a ponte na qual promoviam-se o sucesso e a inserção do sujeito ao mercado de trabalho. Considerando o que diz Castelo Branco (2005) entendemos que,

[...] a universidade continua sendo vista como a tábua de salvação, talvez pela falta de outra saída. O diploma de Ensino Superior ainda condensa esperanças de inclusão em um contexto social bastante crítico em que o ideal pretendido é fazer parte da sociedade de consumo. (CASTELO BRANCO, 2005, p.206).

Tendo em vista todo esse processo que referencia o surgimento das universidades e do ensino superior no Brasil, acessá-las ainda não era algo que fizesse parte da realidade de muitos; desde o seu fundamento, seu alvo era expandir-se apenas para as classes dominantes e muitos anos tiveram de se passar para que fosse possível a abertura dos centros acadêmicos para as classes menos favorecidas socialmente.

### 2.2.1 - O papel da universidade perante a sociedade

Os espaços acadêmicos possibilitam as junções de inúmeros saberes, raças, desejos e sonhos, e essa somatória de energias causa uma riqueza, haja vista que os seres humanos precisam de ambientes que permitam o acesso de diversos sujeitos oriundos de diferentes classes sociais para haver uma mistura de ideias e opiniões, e assim buscar condições de convivência um com o outro e, a partir desse convívio promover um acesso a oportunidades de forma mais igualitária.

Ao tratar-se de espaços universitários devemos considerar que, com a mesma intensidade que pode haver uma convivência saudável, também pode causar uma exclusão camuflada, tendo em vista que quem possui maior poder aquisitivo tende a se sobressair em algumas situações e nesses ambientes não seria diferente. Embora a universidade não seja uma instituição que tenha sido criada historicamente para atender às necessidades do país, ela recebe alunos que buscam estudar e conquistar uma boa profissão, mas, nem sempre as pessoas que as frequentam conseguem se manter na academia, seja por falta de dinheiro, seja por falta de oportunidades para adquirir aptidões acadêmicas.

Lima (2003) enfatiza que a universidade deve estar inserida permanentemente na comunidade, realizando a troca de experiência e proporcionando consequentes mudanças de condições de vidas, superando problemas sociais encontrados.

Freire (1979), conclui que somente a pessoa humana é capaz de objetivar a realidade e refletir a respeito dela, cabe então à universidade, enquanto órgão formador, estimular a construção de espaços e ambientes capazes de propiciar momentos de reflexão dessa realidade.

Deste modo vemos nos espaços acadêmicos a oportunidade de construirmos um futuro melhor tanto para o estudante e seus familiares quanto para a sociedade na qual o/a mesmo/mesma está inserido (a), haja vista que os conhecimentos adquiridos no decorrer do processo serão desenvolvidos na realidade do próprio contexto acadêmico.

### 2.3 - O surgimento das políticas públicas no Brasil

Compreendemos como políticas públicas as ações que são desenvolvidas pelos órgãos públicos em instâncias municipais, estaduais e/ou federal, para atenderem aos

cidadãos. Potyara Pereira, (*apud* DEGENNSZAJH, 2000:59) apresenta a Política Pública como:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

Na compreensão de Rua (1998), políticas públicas consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Neste sentido, o intuito da política pública é atender às demandas dos cidadãos e garantir à população necessitada uma melhor qualidade de vida e proporcionar o bem-estar da sociedade, em diferentes áreas a exemplo de saúde, educação, meio ambiente, transporte, lazer, entre outros.

Vale destacar que foram nos meados dos anos 30, que surgiram as primeiras mobilizações no sentido de viabilizar as políticas públicas no Brasil, no governo de Getúlio Vargas buscou-se organizar o Estado brasileiro. As ações daquele período são tidas como os esboços das políticas públicas direcionadas às classes exploradas da sociedade.

No referido governo, as políticas públicas sociais marcaram a educação de modo a reconhecê-la como um direito público regulamentado pelo Estado e destinado àqueles que vivem em vulnerabilidade social, a partir daí houve a criação das bolsas para amparar os estudantes reconhecidamente pobre e, com isso, dar condições de continuar e concluir o curso iniciado.

### 2.3.1 - O que entendemos por vulnerabilidade social-

A desigualdade social está presente no Brasil desde os primórdios da nossa história e essa realidade é fortemente revelada nos espaços acadêmicos do país. Muitos estudiosos buscam definir o termo vulnerabilidade social, dentre esses destacamos: Vignoli (2001); Já Katzman (1999); Simões (2012).

O primeiro, Vignoli (2001), compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, o estado ou a sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes.

Vignoli (2001) considera a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem-estar.

Já Katzman (1999) nos apresenta um conjunto de ativos que considera necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes e como a debilidade destes pode impedir ou deteriorar situações de bem-estar.

Simões (2012, p.316), por sua vez, coloca que a formulação de políticas sociais concebe a vulnerabilidade como:

Uma dada situação social desfavorável, objetivamente considerada, em que está inserido um indivíduo. É a condição caracterizada por processos e situações sociais que gerem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão da vida econômica, social e cultural.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos por uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e divulgada pelo jornal Correio Braziliense em 03/02/2019, números de brasileiros que vivem em situação de vulnerabilidade é de 23,3 milhões<sup>2</sup>. Neste contexto, afirma Simões;

As vulnerabilidades são, em geral, objeto de políticas sociais programáticas, de amplo espectro social (...)São elas que constituem o amplo contexto da ação da assistência, no sentido da prevenção, proteção básica, promoção e inserção social e cujos efeitos definem, geralmente, os seus destinatários (SIMÕES, 2012 pág.316).

Os resultados dessas vulnerabilidades se fazem notar em diversos aspectos da vida dos cidadãos a elas expostos. Afeta não só a saúde, o desenvolvimento físico, como também o desenvolvimento intelectual e em outros aspectos da vida.

A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei n. 8.742/1993 – (LOAS), dispõe nos artigos 25 e 26 a respeito do enfrentamento à pobreza e a situação de vulnerabilidade social.

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil. (BRASIL, 1993).

---

<sup>2</sup> Informação retirada no site <http://www.correiobrasiliense.com.br>

Frente ao exposto, vemos a responsabilidade a respeito da promoção da dignidade humana atribuída ao poder público e viabilizada por meio dos seus diferentes instrumentos de acesso a condições possíveis e necessárias de promoção da igualdade social.

Assim como na sociedade nos espaços universitários não é diferente, há centenas de jovens que adentram as universidades públicas e que muitas das vezes contribuem (mesmo que involuntariamente) para um alto índice de evasão nos cursos de graduação de diversas academias do país, pelo simples fato de não possuírem condições financeiras para a condução desse processo.

Esses jovens, que são oriundos de classe social baixa, adentram os muros dos espaços acadêmicos, mas por não terem oportunidades suficientes não conseguem se manter na universidade, pois mesmo em uma instituição estatal existe a necessidade de custear gastos produzidos por aqueles que as frequentam. Conforme Simões (2012):

No contexto socioeconômico brasileiro, (...), a forma básica de exclusão social dá-se, regra geral, em decorrência da privação econômica. Esta tem efeitos cumulativos e encadeados, a começar pela desagregação familiar. Por isso, o acesso das pessoas à renda, ao emprego, à educação, à previdência social e à justiça social encontra-se geral e estreitamente correlacionado. (SIMÕES, 2012, p. 360).

Diante dessa realidade, entendemos que cabe ao poder público (municipal, estadual ou federal) assegurar ao estudante não só o acesso, mas também a permanência nos espaços educacionais.

Após refletirmos a esse respeito, vemos no poder público por meio da assistência social a possibilidade de garantir o acesso e a permanência de pessoas com poucas condições financeiras ao ensino superior, permitindo-lhes oportunidades de estudar em qualquer curso e universidade que desejarem.

#### 2.4 – O acesso às universidades pelas camadas pobres da sociedade

Desde o início da civilização brasileira, quando os jesuítas chegaram ao nosso país, a educação é pensada apenas para uma determinada classe da população, inicialmente ricos, homens e brancos e posteriormente com o aumento das lutas de classe abriram-se algumas exceções para outros membros da sociedade.

Essa divisão social se estenderam a educação de nível superior, as classes consideradas pobres e subalternas não tinham acesso à academia e se por algum motivo adentrassem nesses espaços não permaneceriam, para essa compreensão, Simões (2012) colabora conosco quando cita que:

A exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso, de parte da população, aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social. (SIMÕES, 2012, p. 360)

A exclusão social é fato que tem aumentado e refletido em todos os setores da sociedade, na escola e na universidade o cenário não seria diferente, haja vista que esse processo recai em nosso povo desde os primórdios da civilização, quando houve a invasão portuguesa nas terras as quais na atualidade são denominadas de Brasil.

E essas ações perduram até os dias atuais, é bem verdade que a partir da Lei de Diretrizes e Bases- LDB (Lei 9394/96) muitas coisas já se modificaram, algumas políticas públicas já se destinam a incluir e amenizar as situações daqueles que são considerados carentes e necessitam de um olhar diferenciado para sua situação financeira e social, porém muitas outras ainda precisam de ajustes ou melhorias. E diante dessa afirmação, encontramos os seguintes escritos de Barreto (2003) quando diz que:

No contexto atual, a lei 9394/96, de caráter neoliberal, foi feita de forma autoritária e excludente, desconsiderando inclusive o anteprojeto do fórum nacional em defesa da escola pública... A chamada Lei Darcy Ribeiro dá obrigatoriedade ao Estado, apenas para o ensino fundamental, nega verbas à universidade, realiza corte nas bolsas e manifesta total descaso com jovens, adultos e analfabetos, que mais uma vez ficam entregues à própria sorte, ou seja, à exclusão social. (BARRETO, 2003, p. 27,28)

Embora tenhamos melhorado o desempenho na educação infantil e fundamental a partir da Lei de Diretrizes e Bases, o ensino superior não foi contemplado com melhorias capazes de modificar a realidade daqueles que têm essa modalidade de ensino como oferta, pois o Estado é pensado apenas para promover o mínimo de educação para o povo.

As reformas no ensino brasileiro, em especial no ensino superior têm sido discutidas e pensadas sem a participação daqueles que são os maiores beneficiados dessa modalidade de ensino, que são alunos e professores. No caso das políticas de desmontes e privatizações da educação brasileira, o ensino superior tem sido o principal alvo de grandes ataques e cortes de verbas Barreto (2003) colabora conosco quando diz:

Quanto à educação superior, é oportuno fazer uma breve análise nas mudanças ocorridas pelo governo, segundo o qual o Brasil tem um sistema de Ensino Superior subdimensionado, se comparado com o nível internacional. Necessita de expansão e diversificação, através da ultrapassagem de três desafios: o acesso, a diversificação curricular e o financiamento (BARRETO, 2003, p. 31)

A partir do ano de 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o ensino superior no Brasil contemplou um grande avanço, pois os incentivos aos estudantes foram ampliados, através das cotas e dos auxílios estudantis, diante desses fatos, o governo brasileiro permitiu uma maior facilidade aos centros universitários.

Juntamente com a abertura de novos *campi*-universitários, em diferentes regiões do país, foram concedidos também auxílios financeiros, que facilitam a permanência do estudante nos cursos escolhidos. Essa ajuda financeira dividia-se entre ajuda para moradia, transporte, alimentação, material didático, entre outras necessidades.

#### 2.4.1 - A assistência aos alunos universitários

A assistência aos alunos universitários, uma vez estabelecida em lei, chega até os mesmos por meio de ações desenvolvidas e coordenada por uma pró-reitoria estudantil, a qual analisa, incentiva, apoia, orienta e acompanha cada ação referente aos alunos que são atendidos pelos programas e busca promover a inclusão social dentro da universidade.

De acordo com as Leis brasileiras, a assistência estudantil é um direito evidenciado como uma ação fundamental e universal nas lutas pelo direito à cidadania. Tem como objetivo central ajudar os alunos a se manterem na academia e assim, permitindo-lhes a conclusão dos cursos, mediante bons resultados.

Amaral e Nascimento (2010, p.03), reafirmam a importância da assistência estudantil, dizem que “os programas e projetos devem ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de cursos do estudante nas instituições públicas, compreendendo-a como essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão”.

Os programas assistenciais são a forma materializada das ajudas de custo que alguns alunos recebem para buscar minimizar seus problemas financeiros e poder concluir seu curso com êxito e um bom desempenho. Abranches, (1987) complementa:

Nas situações em que não houver abundância plena de recursos e não se tenha atingido um patamar significativo de justiça distributiva, a realização de objetivos de acumulação envolve sacrifício no consumo coletivo e pode, dependendo da correlação de poder vigente, impor pesadas privações àqueles destituídos de recursos próprios de defesa (ABRANCHES, 1987, p. 10).

O acompanhamento das políticas públicas endereçadas àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social significa um aporte necessário e de extrema valia para quem necessita de ajuda financeira para adentrar e permanecer no ensino superior

público, haja vista que muitos dos alunos aprovados nas seleções que dão acesso às universidades vivem em estado de pobreza.

Diante desse contexto, Barbosa (2009) evidencia que o conjunto de políticas realizadas através dos programas assistenciais tem o objetivo de criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos superiores, a fim de melhorar a qualidade de vida e o desempenho acadêmico dos estudantes.

A Universidade Estadual da Paraíba, por meio da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), é responsável pela execução e acompanhamento das políticas assistenciais destinadas aos alunos oriundos de classes sociais baixas ou que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Cada universidade possui o seu sistema de composição das bolsas, bem como suas regras para as referidas distribuições.

Alguns dos auxílios implementados pela UEPB são:

Programa do Restaurante Universitário (RU),

Programa da Residência Universitária,

Programa Bolsa Manutenção (PBM)

Programa Bolsa Transporte (PBT)

O nosso foco nesta pesquisa foi o Programa Bolsa Manutenção (PBM), que é destinada aos estudantes de baixa renda, ou seja, aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social e que são regularmente matriculados em um dos cursos de graduação da UEPB e que sejam moradores de municípios distantes daquele onde o campus universitário está localizado.

O Programa Bolsa Manutenção (integral ou parcial) é direcionado aos alunos que são graduandos da instituição a qual oferece esse auxílio e tem o intuito de promover melhorias e facilitar a moradia do aluno contemplado no mesmo local onde a universidade está localizada. Permite e facilita o acesso do discente a instituição de ensino.



## 2.4.2 - A forma de ingresso do aluno nos programas assistenciais da UEPB.

A forma de um estudante ter acesso a um dos programas assistenciais oferecidos pela instituição é por meio das seleções, as quais garantem a participação ampla de todos os alunos aptos e que tenham interesse em participar das mesmas. Para tanto, devem comprovar legalmente o seu estado de vulnerabilidade social e se submeter aos critérios da seleção.

Sabemos que esses auxílios destinados aos estudantes universitários que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social visam minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e continuidade aos seus estudos. A ideia principal desta ajuda de custo é promover a moradia do aluno contemplado no município no qual está localizado o campus em que o mesmo estuda, contribuir com a alimentação, o transporte ou outros gastos de ordem pessoal.

O Programa Bolsa Manutenção que é o programa o qual investigamos, foi divulgado por meio da Resolução da UEPB 0283/2019, edital nº 008/2019, o qual oferta o valor de R\$ 506, 00 para alunos que se encontram em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social. O objetivo desse programa é contribuir para dar condições aos estudantes de morarem no mesmo município que se encontra o campus universitário. Como critérios de avaliação para ser selecionado podemos citar: ser aluna/aluno regular da graduação, se inscrever e atender todos os requisitos propostos de acordo como está determinado no edital.

A seleção acontece a cada ano letivo, tendo como etapas da mesma, a análise socioeconômica do candidato, seu currículo e seu desenvolvimento estudantil enquanto graduando. A oportunidade de ser contemplado pode ocorrer por meio de duas chamadas (primeiro e segundo semestre), busca atender a quantidade de alunos de acordo com a disponibilidade de bolsas ofertadas e tem a finalidade de custear os gastos dos estudantes beneficiados. Este programa foi criado em 22 de fevereiro de 2016<sup>3</sup> e é destinado àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social, ou em condições socioeconômica baixa..

De acordo com a Resolução (0283/2019)<sup>4</sup> que é a nossa ferramenta de pesquisa, a UEPB ofertou um total de 250 bolsas distribuídas em 08 *campi*, o Campus de Guarabira

---

<sup>3</sup> Informações retiradas do site: <https://proreitorias.uepb.edu.br> (acesso em 09/08/2021, às 21:20h)

<sup>4</sup> Resolução divulgada no Diário Oficial do Estado em 27 de junho de 2019.

(Campus III) foi contemplado com um total de 28 bolsas, com diferentes finalidades e distribuídas entre diversos cursos. Fica o Bolsa Manutenção (integral) com a disponibilidade de 5 bolsas. O valor mensal da ajuda de custo é de R\$506,00, podendo ser usado para ajudar a promover a moradia e o sustento do aluno recebedor, o qual terá essa ajuda financeira a partir do momento que é contemplado até o término do curso.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a experiência de alunos bolsistas do Campus III da UEPB. Desta forma, o estudo realizado se configura como um estudo de caso intrínseco de natureza qualitativa.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica do tipo exploratório, descritivo e interpretativo que, segundo Malheiros (2011, p.94), consiste em se pesquisar uma situação específica para compreender uma determinada relação de causa e efeito.

Na pesquisa qualitativa, como explicita Gil (1999), o aprofundamento da investigação se relaciona com o fenômeno em estudo e suas relações, o mesmo autor ainda complementa dizendo que na máxima valorização do contato direto com a situação estudada percebe-se a individualidade e os múltiplos significados. A pesquisa qualitativa busca captar a essência dos seus fenômenos e de acordo com Triviños (1987, p. 132) “ é uma espécie de representatividade dos sujeitos que participam do estudo. ” Para a análise dos dados fizemos uso da Análise de Conteúdo de acordo com Bardin (1977) para o qual, esse método consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações e que os procedimentos de análises obedecem há alguns critérios: os significados e os significantes, além de ultrapassar essas especificidades é um método empírico e que depende da fala e da interpretação que se pretende alcançar.

Vergara (2005) enfatiza que a pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Partimos da observação do problema pela busca de encontrar os sujeitos envolvidos nesse processo que são estudantes de graduação dos cursos ofertados na UEPB, campus III. Realizamos uma pesquisa dentre os cursos, bem como uma investigação junto à página oficial da Pro Reitoria de Ensino, na busca de encontrar esses participantes, bem como informações que fosse relevante para a nossa pesquisa; como instrumentos para a coletas de dados aplicou-se um questionário, de maneira remota, com perguntas essenciais em busca de obter os resultados apresentados.

Como aporte complementar foram feitas investigações a partir da página virtual do Programa, disponível na internet, a fim de servir como meios informativos para poder explicitar ainda mais todo o andamento desse estudo, em busca de uma melhor compreensão, e também organização do questionário.

Importante mencionar que fizemos uso também das informações contidas nas planilhas que nos foram enviadas por uma profissional que faz parte da coordenação da Pro Reitoria de Ensino, com a finalidade de nos conceder dados concretos nas quais estão registradas todas as informações do processo que envolveu desde a divulgação do edital até os resultados da divulgação dos auxílios. Esse material que esteve ao nosso alcance nos foi concedido pela coordenação responsável pelo processo de seleção e distribuição das bolsas.

O questionário foi composto com 18 perguntas buscando valorizar opiniões e percepções dos diferentes alunos beneficiados onde o programa atende. Por meio desta coleta de dados buscamos conhecer as opiniões destes envolvidos, seus desafios e suas potencialidades. Deste modo, buscamos agregar valores e promover a reflexão de toda a sociedade ao que se refere este tema. (Ver apêndice A – Modelo do questionário aplicado).

Diante disso, os questionários cumpriram a função de analisar e registrar a pesquisa evidenciada e assim considerar as diferentes linhas de pensamentos e ideias com as ações desenvolvidas.

Considerando que os participantes da pesquisa são protagonistas desta experiência vivenciada, resolvemos preservar suas identidades com uso de nomes fictícios, em busca de podermos divulgar as suas respostas sem colocar em risco as suas identidades.

Foram entrevistados 5 participantes, sendo 4 mulheres e 1 homem, os quais foram contemplados pelo auxílio da Bolsa Manutenção Integral. Antes da entrega dos questionários, explicamos para as pessoas entrevistadas ele/elas os procedimentos da pesquisa, da importância da compreensão dos resultados e da necessidade de expor os achados para a sociedade.

### 3.1- ANÁLISES E DISCUSSÕES

A UEPB através da Pro Reitoria de Ensino desenvolve ações de apoio aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Passamos então a

analisar as informações fornecidas por nossos entrevistados, as possibilidades e dificuldades encontradas pelos graduandos, tendo como base as falas e registros dos alunos que participaram da pesquisa, é possível compreender a mudança de vida de cada um deles, a melhoria no rendimento escolar, a participação nos eventos universitários e a oportunidade de cursar o que gostam e o que escolheram.

As perguntas foram idênticas para os 5 membros participantes da pesquisa, cada um deles e cada uma delas, tinham a liberdade de responder exatamente o que quisessem e/ou o que julgassem necessário.

### 3.1.1 Perfil dos Entrevistados

A compreensão da realidade dos entrevistados é algo que se faz necessário e nos traz clareza quanto ao perfil de cada aluno que é receptor do auxílio, quando traçamos as suas características compreendemos com maior facilidade a sua necessidade em buscar ser um bolsista. O anseio de conquistar um auxílio permite aos estudantes mudar os rumos da sua vida acadêmica. Desta forma, obtivemos os seguintes dados:

Perfil dos Entrevistados

Codínome?	Ana Maria	Lúcia Helena	Marta Valéria	José Antônio	Joana D'arc
Idade	21 anos	25 anos	23 anos	25anos	23 anos
Cor da pele declarada	Parda	Negra	Parda	Pardo	Amarela
município onde reside e distância do Campus III	Solânea-PB 50km	Tacima-PB. 50km	Massaran- duba- PB. 95km	Mulungu- PB. 30km	Aguiar- PB. 376 km
Curso que estuda e turno	Letras Tarde	Geografia Noite	Direito Tarde	Geografia Tarde	História Tarde
Período letivo em que foi contemplado com a bolsa manutenção	2º período	4º período	2º período	2º período	6º período

\*Tabela produzida pela autora

Ao analisar o quadro acima, podemos entender que os participantes da pesquisa são jovens e que buscam se formar e buscar uma melhoria de vida. Um entrevistado tem 21 anos, dois entrevistados têm 23 anos e mais dois dos entrevistados têm 25 anos, entendemos a partir dessa análise que esses jovens não saíram do ensino médio e foram

em seguida para a universidade, provavelmente as dificuldades para frequentar um curso superior já era sentida bem antes de adentrarem ao mesmo. Compreendemos também que, os nossos entrevistados são predominantes da raça parda, pois três dos cinco se auto denominaram pardos, uma se considera negra e uma se auto afirma amarela.

A distância do local de origem para o campus III, também foi uma das nossas perguntas e os nossos entrevistados nos responderam que não moram perto da universidade. Uma das bolsistas nos informou que mora a 376 km de distância, duas moram a 50 km, uma a 30 km e a outra a cerca de 95 km.

Quando indagamos quais são os cursos e os turnos que os bolsistas estudam quatro deles nos responderam que fazem licenciatura, apenas uma nos informou que faz bacharelado, perguntamos também qual o turno e o curso que eles fazem e nos foi respondido da seguinte maneira: uma faz Letras, à tarde, um faz Geografia à noite, uma faz Geografia à tarde, uma faz História à tarde e uma faz Direito à tarde. Entendemos a partir dessas respostas que predominam os cursos diurnos e que esse é mais um fator que impossibilita os nossos pesquisadores de estudar e trabalhar simultaneamente.

Então podemos compreender que algumas dificuldades predominam na vida desses jovens e entendemos o quanto origem, sua situação classe interfere em seu rendimento escolar, Rabello (1973, p. 21) analisando o contexto de alunos que trabalham e estudam enfatiza que “muitos dos pais renunciam a muitos dos seus papéis [...] e não aceitando a ideia de trabalho para seus filhos, sacrificam-se para mantê-los como bons estudantes” Mas, infelizmente há casos que os pais não conseguem bancar o filho na faculdade estando desempregado ou com uma renda semelhantemente a um salário mínimo, e a partir daí ocorre a busca pela conciliação de trabalho/estudo ou a evasão dos cursos e consequentemente das universidades.”

### 3.1.2 O perfil sócio - econômico dos entrevistados.

Na nossa pesquisa perguntamos aos entrevistados quantas pessoas moravam com ele/ela na sua respectiva casa/município. Três dos entrevistados nos responderam que moravam ele/ela e mais quatro pessoas, uma nos respondeu que ela e mais cinco pessoas e outra falou que morava apenas com a mãe.

Perguntamos também qual a profissão dos seus pais, de quanto é a renda da família, se eles são escolarizados e se recebem algum tipo de auxílio do governo federal? Os pesquisados nos responderam da seguinte maneira: Duas nos informaram que seus pais

são agricultores que sabem ler e escrever, que a renda mensal é de um salário mínimo e que são beneficiários do Programa Bolsa Família. Uma disse que seus pais são analfabetos, que são agricultores, que também recebem o Bolsa Família e que sobrevivem com uma renda de um salário mínimo. Uma nos relatou que não convive com o pai, que sua mãe é funcionária pública, ocupa o cargo de gari, que sabe ler e escrever, que não está vinculada a nenhum programa de auxílio financeiro e que vive com um salário mínimo. E o último entrevistado nos informou que seus pais sabem ler e escrever, sua mãe é doméstica, seu pai é vigilante, recebem bolsa família e sobrevivem com dois salários mínimos.

Em síntese: 04 das famílias dos 05 entrevistados são beneficiárias do Programa Bolsa Família e poucos tiveram acesso aos conhecimentos escolares e que, em uma sociedade classista e excludente as atividades/profissões desenvolvidas por seus pais não costumam ser valorizadas.

Frente a isso enxergamos que a universidade não foi planejada para atender aos filhos dos agricultores ou membros mais simples da sociedade.

[...] A universidade pública gratuita brasileira é exemplo de como a desigualdade é construída e perpetuada. Praticamente, só tem acesso à ela os 40% mais ricos da população, 80% das vagas são preenchidas pelos 20% mais ricos. (INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE, 2001, p.18)

Entendemos como necessidade urgente conquistar melhorias, haja vista que estamos repetindo e perpetuando os erros de outrora, no que se refere à exclusão de diversos membros da sociedade e são essas ações que a cada dia nos preocupam, pois tiram do jovem de classe baixa a oportunidade de mudar de vida, de cursar uma universidade pública e possuir um diploma.

### 3.1.3 A dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

O cotidiano dos nossos entrevistados não se diferencia da rotina de muitos jovens pobres residentes em municípios pequenos. Foi indagado aos investigados sobre sua rotina de vida antes de serem bolsistas. Perguntamos se antes de serem bolsistas exerciam alguma atividade remunerada. Obtivemos as seguintes respostas: três dos nossos entrevistados responderam que só estudavam, uma nos afirmou que ajudava a sua mãe em casa durante a semana e nos finais de semana fazia “bico” de manicure, e uma não respondeu.

Perguntamos também se após a aprovação no curso era possível conciliar trabalho e estudo, quatro dos entrevistados não responderam e apenas uma afirmou que sim, pois ela só trabalhava nos fins de semana. Entendemos com essas respostas que estudar e trabalhar simultaneamente não é algo fácil, pois o desgaste físico e mental muitas vezes supera o desejo de possuir um diploma universitário, e que mesmo que estejam fazendo um curso superior não conseguem usufruir de todas as oportunidades que a vida acadêmica oferece em suas ações de pesquisa e extensão.

[...]mais de 70% dos alunos das universidades públicas provêm de famílias cujos membros estão entre os 20% mais ricos da população. Como as universidades públicas são financiadas por impostos pagos por toda a população, inclusive pelos pobres, no Brasil os pobres financiam a educação dos ricos. (CAMARGO; FERNAN, 2004)

Frente a essa afirmação de Camargo e Fernan (2004) questionamos: Quem vem usufruindo dos espaços acadêmicos públicos? O fato de se ter acesso ao curso superior nem sempre significa poder se manter neste. Será que universidades públicas foram e continuam sendo um projeto criado para beneficiar as camadas mais abastadas da sociedade? Estas e muitas outras questões povoam nossas reflexões a respeito desse assunto.

Perguntamos também se o aluno estudava e trabalhava simultaneamente, pois se trabalhassem poderiam custear seus estudos, quatro entrevistados não nos responderam e apenas uma nos explicou que por estar em um ambiente novo e não ter conhecimento com membros da sociedade nem possuir amizades naquele local dificultaria bastante adentrar no mercado de trabalho.

#### 3.1.4 Os universitários e o auxílio estudantil

Indagamos aos participantes da pesquisa se o auxílio trouxe algum tipo de benefício para os mesmos, e as respostas foram unânimes, ou seja, os cinco entrevistados nos responderam que, sem o auxílio provavelmente haveria uma desistência do curso, pois devido às condições financeiras de suas famílias não haveria condições de prosseguirem na academia.

Compreendemos melhor esse fato quando entendemos a fala de uma das nossas entrevistadas, quando diz:

Eu tenho 23 anos, sou do sexo feminino, moro acerca de 94 km de distância do município onde está localizado o campus, e o auxílio proporcionou o meu sustento, pois sem ele minha mãe (que é gari e ganha um salário mínimo) jamais poderia me manter por muito tempo, e a bolsa me proporcionou a oportunidade de cursar o que gosto e de poder ser o que eu quero ser. (Marta Valéria)

Ao ouvir outros alunos e alunas, continuamos a entender as mudanças que os mesmos obtiveram com os auxílios que recebem, não apenas as mudanças financeiras, mas as psicológicas, haja vista que as preocupações e a falta de recursos para se manterem, o que causava uma baixa do rendimento, como também prejuízos psicológicos.

Relacionamos a pergunta anterior com outra bastante parecida e pedimos para que eles elencassem uma mudança como ponto positivo após o recebimento do auxílio, uma das entrevistadas respondeu que permitiu estudar, pois aonde ela mora não se disponibiliza transporte escolar para o campus, uma entrevista nos informou que proporcionou o seu sustento, pois seus pais não teriam condições de mantê-la, já o entrevistado do sexo masculino nos disse que a partir do auxílio ele teve a oportunidade de morar na cidade em que o Campus universitário está instalado o outra entrevistas nos relatou que o auxílio lhes trouxe inúmeros benefícios, mas o principal é a tranquilidade de ordem psicológica, pois a mesma se preocupava bastante com os recursos financeiros e a bolsa lhes deu uma segurança financeira e psicológica. E uma outra aluna nos informou que o auxílio lhes proporcionou a permanência na universidade, além de financiar materiais didáticos, compras de livros e aquisição de computadores.

Dando seguimento às perguntas, indagamos aos nossos entrevistados se a bolsa representa um suporte importante para cada um deles, todos os cinco entrevistados informaram que sim e que se não tivessem sido contemplados com o auxílio não teriam dado continuidade ao curso; podemos constatar essa afirmativa nas palavras de Marta Valéria quando diz “ o benefício proporcionou o meu sustento, pois sem ele minha mãe jamais poderia me manter por muito tempo. ”

E para finalizar o nosso questionário, pedimos para que os bolsistas falassem como eles compreendem o seu rendimento antes e depois da assistência estudantil, todos responderam que melhorou bastante todos eles informaram também que passaram a se dedicar exclusivamente aos estudos, haja vista que as suas participações em minicursos, programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e residência pedagógica se efetivaram cada vez mais. Esclareça melhor esses benefícios, quem são os que estão participando dessas atividades. E se houve melhoria no rendimento escolar dos mesmos.

Ao continuar analisando as respostas obtidas, foi possível observar a partir da resposta da Joana D’arc, que alguns desses alunos moram bastante longe do local no qual



estudam, e com isso passam a viver totalmente na dependência de alguém para custear os seus gastos; e esse fator é algo que desencadeia doenças psicológicas e emocionais em alguns dos estudantes, assim como estava ocorrendo com a mesma, haja vista que a preocupação é algo que impede o desenvolvimento saudável do ser humano.

[...] hoje consigo estudar tranquilamente, porque antes eu não tinha como pagar minhas despesas, enfrentava muito aperto financeiro, sem falar nos problemas de ordem psicológica que esses problemas me causavam. Quando ganhei a bolsa senti alívio, o que acabou melhorando no meu rendimento até mesmo nos estudos. (Joana D'arc)

A partir desses depoimentos, entendemos ainda mais a necessidade de promover a entrada e a permanência dos nossos alunos na academia, pois na sua grande maioria nossos alunos são de famílias pobres. Apesar do interesse de prosseguirem nos estudos, não possuem as condições financeiras para isso. É verdade que as universidades não foram criadas para os de baixa renda, pelo contrário, ela foi pensada e articulada para os ricos e a entrada e permanência de um negro, de um indígena, de um quilombola e do pobre na academia torna-se um ato de resistência e de desafio.

Um dos nossos entrevistados (Lúcia Helena) declara que seus pais são agricultores e que tem uma família com muitos membros e a renda mensal é insuficiente para promover a sua permanência nas universidades, haja vista que não é apenas a ida e a volta ao espaço acadêmico, se faz necessário também a aquisição dos textos e materiais que porventura sejam necessárias, participação em eventos, lanches e assim por diante.

Ainda, analisando as falas dos nossos entrevistados, compreendemos nas mesmas o interesse visível por uma educação de qualidade e gratuita, que promova mudança em sua vida em diversos aspectos: social, pessoal, econômico e acadêmica. Contudo, a universidade é organizada em três eixos: ensino, pesquisa e extensão; compreendemos que um aluno que trabalha durante o dia e estuda à noite, por exemplo, jamais terá condições de participar de eventos promovidos pela instituição, deste modo, esse aluno não estará usufruindo da pesquisa nem da extensão, ficando apenas com o ensino.

A análise desses relatos só nos traz a certeza que a nossa sociedade precisa de um incentivo financeiro para aqueles que pretendem adentrar nas universidades públicas, mas que não possuem condições financeiras para tal feito, custear os gastos daqueles que necessitam de ajuda para se manter dentro delas. Não é apenas de cotas e mais vagas nos cursos, ou novos *campi* precisamos de auxílios que promovam a nossa estadia dentro das universidades. Não é fácil cursar uma graduação quando se mora a quilômetros de

distância do campus, ou quando se mora na zona rural, ou quando a sua renda familiar não ultrapassa dois salários mínimos.

A educação pensada para as classes trabalhadoras não é aquela que o governo pretende custear; para os mais pobres cabe apenas o incentivo ao ensino técnico e ao trabalho, permitindo assim aos filhos dos ricos oportunidades de cursarem universidades públicas e perpetuar essa difícil realidade que vivem os graduandos brasileiros, em especial aos que são oriundos das classes baixas e/ou que descendem de raças e etnias que foram marginalizadas num passado que não é nem tão distante assim.

Conceição Paludo (2001), escreve que:

A tendência é que, para as classes populares, caiba o ensino básico, o desemprego, o trabalho precário ou informal, isto se a universalização do ensino básico efetivamente acontecer nos países em desenvolvimento. E, para as outras classes, o ensino universitário e, dependendo do “berço” ou da capacidade de competição de cada indivíduo, talvez o emprego que lhe permita sobreviver, o desemprego, ou um emprego melhor remunerado. (PALUDO, 2001, p. 165)

Além da dificuldade de se manter em uma universidade sem auxílio financeiro por parte da mesma e sem possuir condições familiares para prover esses custos, o aluno de classe baixa sofre por falta de políticas públicas que o coloquem no centro das discussões e que lhe promovam uma permanência nos *campi* universitários, muitos deles sequer chegam a concluir o ensino médio, pois a necessidade de trabalhar torna-se maior do que a de concluir os estudos. Paludo (2001) corrobora conosco dizendo que:

Para a educação das classes subalternas, a implementação desta reforma educativa representa um aprofundamento da fratura horizontal, porque, além das dificuldades de acesso e de ter que deixar a escola para trabalhar, pela privatização do sistema, fica cada vez mais difícil, principalmente, o acesso ao ensino secundário e superior. (PALUDO, 2001, p. 165)

Sendo assim, identificamos facilmente que, para o pobre estudar é um ato de rebeldia, de resistência, é uma ação que desafia um sistema capitalista e neoliberal que promove o desmonte da educação pública, que retira direitos dos estudantes e que ultrapassa a autonomia universitária em busca de oportunizar a entrada nas universidades apenas daqueles que têm condições financeiras e que não manifestam o interesse de termos uma sociedade justa e igualitária.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados da pesquisa foi possível compreender que, pelo fato de haver a promoção e a distribuição de renda para aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade, também promove o nome da Universidade e desperta em quem não

tem condições financeiras o desejo de cursar uma graduação, trilhar os caminhos da academia e ser recebedor (a) de uma bolsa.

Por meio dos questionários foi possível compreender que o programa de bolsas traz aos alunos de baixa renda a possibilidade de entrar e permanecer em uma universidade pública e isso é ilustrado e reconhecido facilmente nas falas dos nossos entrevistados, da mesma maneira que compreendemos também as mudanças ocorridas na vida dos nossos estudantes após serem contemplados com os auxílios.

Foi possível compreender que o número de bolsas que são ofertadas ainda é bem pequeno se comparado a quantidade de estudantes que estão pleiteando, a seleção que ocorre para determinar quem receberá o auxílio nada mais é do que uma camuflagem da realidade, pois para contemplar uma maior quantidade de alunos era necessário um número bem maior de bolsas.

Entendemos assim que a potencialidade da UEPB em buscar recursos para atender seus estudantes transcende as potencialidades do programa e desperta ainda mais o interesse pelas ações universitárias, de modo que, acreditamos que políticas públicas precisam com urgências serem criadas para atender a população que necessita da ajuda do Estado para promover uma melhoria de vida perante a sociedade.

Um ponto bastante relevante para a pesquisa, foi a de que os beneficiários são alunos oriundos de famílias de agricultores e que possivelmente esses graduandos sejam os primeiros membros da família a adentrar em um mundo de conhecimento e de prestígio perante os outros membros da família. Nota-se também que a maioria se considera negra ou parda, o que significa dizer que são as denominações que mais sofrem com a desigualdade social no nosso país.

Algo também que nos chamou a atenção e que ficou bastante explícito nos questionários é de que a maioria dos nossos entrevistados não adentrou a universidade logo após sua saída do ensino médio, levando-nos a entender que esse é outro fator preocupante, pois a privação de deixar para depois o sonho de cursar uma universidade é bem mais forte quando tratamos da necessidade de trabalhar para suprir as finanças dentro de casa.

A pesquisa foi fundamental também para nos ajudar a compreender como os graduandos evidenciam a inviabilidade de sua permanência em um curso, sem ter alguma renda financeira ou alguma fonte que promova a sua permanência no mesmo, eles contam

apenas com a sorte, com a possibilidade de conseguir um auxílio e com o desejo de concluir uma graduação; muitos ficam no meio do caminho, tornam-se uma estatística negativa, aquela que cada dia mais comprova a desigualdade social a qual vivenciamos.

É bem verdade, que essa situação precisa mudar, algo rápido e eficaz necessita ser feito; o pobre, o negro, o índio, o cigano, o quilombola, a mulher, os/as LGBTQI+ e todos aqueles e aquelas que são considerados excluídos por uma população seletiva e burguesa. Eles e elas têm o direito de usufruir das mesmas oportunidades e dos mesmos ambientes que quiserem frequentar e realizar seus sonhos.

A análise dos resultados apontou que a existência e a distribuição dos auxílios estudantis para alunos que não possuem condições financeiras para se manterem, é uma das possíveis contribuições que ajudarão a promover a igualdade social dentro dos campi universitários, bem como na sociedade em geral, haja vista que essa ajuda de custo pode mudar completamente os rumos acadêmicos, tanto na vida pessoal, como psicológica e educacional dos alunos. Isso desperta potencialidades nos universitários, também promove o seu bem-estar social, pois em muitos dos casos, esses alunos são os primeiros membros familiares a adentrar os muros de uma universidade e desafiar uma sociedade excludente e elitista.

Concluimos então que, para haver uma mudança considerável na sociedade, é necessário haver uma distribuição de renda em forma de políticas públicas a fim de contribuir para equilibrar as finanças da população carente e dar-lhe oportunidades de promover a entrada e a permanência de membro das classes baixas a se manterem em espaços que, por direito, deveriam ser deles e não tem sido. Deste modo, entendemos a necessidade de mudanças no nosso sistema de ensino e de distribuição de renda, bem como da promoção de políticas públicas a fim de promover um bem-estar social.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e Combate à Pobreza: Pobreza e destituição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. **Diagnóstico Situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos campi Buriticupu e Centro Histórico**. In Anais... Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió: IFAL, 2010.
- ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. **Universidade de São Paulo – fundação e reforma**. São Paulo: MEC/INEP/CRPE, 1974.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BARRETO, Walewska Faria A. **O programa de bolsa manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.
- BUSSO, G. **El enfoque de la vulnerabilidad social en el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo XXI**. Santiago, Chile: CEPAL. 2001.
- CAMARGO, José Márcio e FERNAN, Bruno. Cotas e desigualdades. São Paulo. **Folha de São Paulo**, 22 jun. 2004.
- CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba/ Uyguaciara Veloso Castelo Branco**, João Pessoa: Editora Universitária, 2005.
- DEGENNSZAJH, Rachel R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: \_\_\_\_\_. **Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 3**. Brasília: UnB/CEAD, 2000.
- FÁVERO, M.L.A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em revista**, nº28, p.17-36, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil**. Rio de Janeiro: 2001 (Policy Paper nº1)

- KATZMAN, R. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.
- LIMA, C.L.D.C. **O papel da extensão na universidade**. Leopoldianum, Santos, v 28, n 78, pág. 11-38, junho 2003.
- MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. ACTA Cir. Bras. Vol.17. Suppl.3. São Paulo. 2002.
- OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre. Tomo Editorial. Camp. 2001.
- RABELLO, Ophelina. **Universidade e trabalho: perspectivas**. Tese. (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1973.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- SIMÕES, C. A lei orgânica da assistência social – LOAS. In: \_\_\_\_\_. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012, parte 4.
- SOUZA CAMPOS, Ernesto. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: MES, 1940.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? In: **Seminario Vulnerabilidad**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

## APÊNDICE I

## QUESTIONÁRIO

1. Qual é o seu nome? \_\_\_\_\_
2. Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_
3. Qual é o município que você reside? \_\_\_\_\_
4. Quantas pessoas moram com você na mesma casa? \_\_\_\_\_
5. Seus pais são escolarizados? \_\_\_\_\_. Eles trabalham em quê? \_\_\_\_\_
6. Qual a sua posição de filho no núcleo familiar? \_\_\_\_\_
7. Quanto é a renda mensal da sua família? ( ) De 0 a 1 salário mínimo; ( ) De 2 a 4 salários mínimos; ( ) 5 ou mais salários mínimos
8. Qual a sua cor/raça? ( ) Branco ( ) Negro ( ) Indígena ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Outros \_\_\_\_\_
9. Alguém da sua casa recebe alguma ajuda financeira do governo federal? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_
10. Qual é o seu curso e o turno? \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_
11. A partir de qual período do curso você começou a ser bolsista? \_\_\_\_\_
12. Você mora a quantos quilômetros do município que está localizado a Universidade? \_\_\_\_\_
13. Que benefícios o auxílio lhes trouxe? \_\_\_\_\_
14. Você observa mudanças em sua vida acadêmica após o recebimento da bolsa? Em caso positivo, poderia elencar algumas?
15. Antes de você passar a ser bolsista, o seu tempo era apenas para estudar ou você também trabalhava?
16. Se você trabalhava e estudava simultaneamente, como era pra você realizar as duas atividades? \_\_\_\_\_
17. A bolsa representa um suporte importante para você? \_\_\_\_\_
18. Como você compreende o seu rendimento antes e depois da assistência estudantil? \_\_\_\_\_

Grata pela partilha de todos/todas!!!